



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - COMPANHIA ABERTA • CNPJ 04.913.711/0001-08 • NIRE 15300000114
Avenida Presidente Vargas, nº 251, Centro – CEP 66.010-000 – Belém-Pará



	31.12.2016	30.12.2015
Participantes ativos		
Quantidade	1.127	1.042
Idade média (anos)	45	45
Salário médio (R\$)	7.122	6.185
Participantes assistidos		
Quantidade	240	244
Idade média (anos)	70	69
Benefício médio (R\$)	7.400	4.360
Pensionistas		
Quantidade	86	86
Idade média (anos)	57	57
Benefício médio	4.896	3.134

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) **Premissas biométricas:**

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: TASA 1927;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) **Premissas econômicas:**

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,86% a.a; correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/05/2019, selecionada em função do resultado do duration do passivo.

- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 12,87% a.a., composta pela estimativa de inflação anual 5,29% a.a e pela taxa anual de juros (7,20% a.a), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2016.

- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 1,70% a.a;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;

- Fator de capacidade para salários: 97,44%;
- Fator de capacidade para benefícios: 97,44%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,82% ao ano;
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: os valores não foram reajustados, pois estão posicionados em dez/2016.

iii) **Outras Premissas:**

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem e 2 filhos dependentes.

15.2. Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2015, conforme demonstrado a seguir:

a. Plano de Benefício Definido (BD)

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2016 de R\$8.595 e ativo líquido de R\$6.963, tendo como resultado déficit atuarial em 31 de dezembro de 2016 de R\$1.633. A variação na situação atuarial, em relação à posição de 31/12/2016, se deve à alteração da premissa de taxa de juros, reduzida de 7,20% a.a. para 5,86% a.a., adequando-se tal valor ao resultado do duration do passivo previdencial, quantificado, com base no cadastro de dez/2016, em 9,78 anos.anos.

Obrigação atuarial Plano BD	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	661	885
Provisão	972	47
Reversão	-	(271)
Saldo final	1.633	661

b. Plano de Contribuição Definida (PREVRENDA - CD)

Os benefícios do Plano PREVRENDA estão estruturados em cotas, sendo reajustado pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano Prev-Renda está concen-

trado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições, que complementar o saldo da conta do participante, objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado pelo artigo 25 do Regulamento do Plano Prev Renda foi avaliado em R\$456, estando em 31/12/2016, integralmente coberto pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), cujo saldo na mesma data é de R\$1.176. Desta forma, a diferença entre o valor do fundo de risco e o valor da obrigação atuarial resulta no superávit atuarial de R\$720, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento pelo BANPARÁ de passivo, relativo a este plano de benefícios, nesta reavaliação.

Estímulo à migração

O Banco obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16,3767% sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago, até 31 de dezembro de 2016, 169 parcelas, restando, ainda, 11 parcelas de R\$1.235 a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 12,58% ao ano (6% + INPC acumulado de janeiro de 2016 a dezembro de 2016), estando totalmente provisionado, cujo passivo reconhecido, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$12.665 (R\$20.516 em 31 de dezembro de 2015). No ano de 2016, o Banco efetuou contribuições a favor da CAFBEP, no montante de R\$13.156 (R\$11.152 em 2015).

Obrigação atuarial Planos BD e CD	31.12.2016	31.12.2015
Plano BD	3.032	661
Plano CD	12.665	20.516
Total das obrigações sociais	15.697	21.177

15.3. Plano de saúde

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei n. 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa n. 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$1.793,20	2,50%
2	De R\$1.793,21 a R\$2.236,16	3,00%
3	De R\$2.236,17 a R\$3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$3.000,25	4,00%

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados e Banco, observado para os empregados os seguintes percentuais, incidentes sobre a remuneração bruta:

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

16. Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banpará são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642/10 da CVM e Resolução nº 3.750/09 do CMN, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas que variam de 101% a 110% do CDI.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, substancialmente nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantêm operações bancárias com o Banpará.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As obrigações sociais e por convênios são correspondentes ao passivo atuarial do Banco, bem como a contrapartida na CAFBEP para o incentivo dado pelo Banco para a migração de planos e aposentadoria dos funcionários.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.12.2016	31.12.2015
Estado do Pará		
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	286.499	460.448
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	1.122.367	971.892
Caixa de previdência e assistência dos funcionários do Banpará - CAFBEP		
Depósitos à vista	17	47
Obrigações sociais e por convênio (Nota explicativa nº 15.2 a / 15.2 c)	15.697	21.177

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social.

No exercício de 2016, as remunerações estão demonstradas a seguir:

	31.12.2016	31.12.2015
Remuneração com os administradores		
Diretoria	1.599	1.432
Conselho de Administração	285	259
	31.12.2016	31.12.2015
Participação nos Lucros e resultados		
Administradores	346	225

O Banco não concede empréstimos a seus diretores e membros de seu Conselho de Administração, tendo em vista que essa prática é proibida a todas as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil.

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

17. Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$81.535 (R\$97.933 em 31 de dezembro de 2015), é determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

18. Imposto de Renda, Contribuição Social e Crédito Tributário Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

DESCRIÇÃO	31.12.2016		31.12.2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	287.037	329.635	258.057	296.189
Juros s/Capital Próprio	(51.882)	(51.882)	(35.573)	(35.573)
Base de Cálculo	235.155	277.753	222.484	260.616
Adições (Exclusões)	91.380	49.407	131.608	93.535
Lucro Tributável antes das Compensações	326.535	327.160	354.092	354.151
Base de Cálculo após Compensações	326.535	327.160	354.092	354.151
Alíquota Normal (15% e 20%)	48.980	65.432	53.114	58.031
Adicional do Imposto de Renda (10%)	32.630	-	35.385	-
Valores Devidos	81.610	65.432	88.499	58.031
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(1.959)	-	(150)	-
Incentivos Fiscais	(318)	-	(550)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(276)	-	(224)	-
Vale Cultura	(490)	-	(487)	-
IR e CSLL a Pagar	78.567	65.432	87.088	58.031

Conforme Medida Provisória nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169, de 2015, a alíquota da CSLL passou a ser de 20% no período compreendido entre 1º/09/2015 e 31/12/2018.

a. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 219.372 mil, relativo às diferenças temporárias de Provisão p/Créditos em Liquidação, ativados e realizados nos anos de 2011 a 2016.

O procedimento de realização dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido será realizado com base nas Perdas transferidas para CBP, utilizando-se a alíquota de 25% para o Imposto de Renda, e, para Contribuição Social, 15% para os créditos tributários com expectativa de realização posterior a dezembro de 2018 e 20% para os com expectativa até aquela data.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.